

---

# **O JORNAL SANTUÁRIO**

---

## **DA TRINDADE E OS DISCURSOS**

---

### **DE NORMATIZAÇÃO**

---

#### **DAS FESTAS RELIGIOSAS\***

---

ANDRÉIA MÁRCIA DE CASTRO GALVÃO\*\*

*Resumo: este trabalho analisa os discursos normatizadores da Igreja Católica presentes no jornal Santuario da Trindade (1922-1931) em relação ao combate do que fora considerado não sagrado, portanto indesejado, nas festas religiosas de Goiás, em particular na Festa do Divino Padre Eterno em Trindade.*

*Palavras-chave: Festas Religiosas. Igreja. Jornal Santuario da Trindade.*

**A**s festas religiosas católicas no Brasil – herança fortemente portuguesa – possuem raízes antigas, sendo diversas as manifestações em homenagem aos santos e santas da Igreja romana. A maioria das festas de culto a esses santos/as nasceu espontaneamente, muitas vezes por ocasião de um evento místico, como por exemplo, o suposto encontro de uma estátua, medalha ou medalhão com uma figura religiosa, num rio ou gruta, ou ainda sob a terra; muitos desses achados deram origem a arraiais e vilas em períodos passados, por meio de doações de uma porção de terreno para construção da capela<sup>1</sup>. De acordo com Pinheiro (2003, p. 53) a religiosidade do povo sertanejo contribuiu para “uma visão quase sempre mítica das origens de suas cidades, a memória dos habitantes de Goiás, saindo da mesmice da realidade sertaneja, criou enredos aformoseando de certa maneira as narrativas sobre a origem de alguns núcleos urbanos”. O aval da Igreja nem sempre era necessário para os cultos nascidos sob tais circunstâncias, as pessoas afluíam a estes locais e à medida que se espalhava a notícia de alguma graça recebida, a santa ou santo “milagreiro” ganhava fiéis e o fluxo aumentava. Percebe-se que nesses ambientes de espontânea devoção,

---

\* Recebido em: 11.01.2014.      Aprovado em: 22.02.2014.

\*\* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanidades: Territórios e Expressões Culturais no Cerrado da Universidade Estadual de Goiás (Anápolis), sob a orientação do Prof. Dr. Eliézer Cardoso de Oliveira. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *E-mail:* oidegas@gmail.com .

pôde florir, mais facilmente, o catolicismo popular, numa mistura de manifestações oficiais com aquelas consideradas extraoficiais, segundo a Igreja Católica.

Compreende-se a união entre fé religiosa e festa se considerarmos que

na vida do homem do campo, trabalho, religião e festa estão intimamente ligados, ou seja, a religião é invocada para se obter o resultado de uma feliz colheita e também como agradecimento por ela. No final, a festa se torna essencial, como maneira importantíssima de comemorar (DEUS; SILVA, 2002, p. 21).

Essas autoras corroboram a ideia de que as celebrações festivas – para pedidos, agradecimentos ou louvor – constituem parte da identidade de uma determinada comunidade que se reconhece como porção desse todo organizado, em torno do culto e das diversas atividades que ocorrem nesses eventos. O comércio itinerante, presente nessas comemorações, constitui-se também num elemento chamativo para a população que aproveita para fazer a aquisição de mercadorias as mais variadas.

Partindo dessas premissas, este artigo ambiciona levantar algumas questões acerca das manifestações religiosas goianas, a partir das festas em devoção às santas e aos santos católicos e os meios utilizados pela Igreja para normatizá-las. As expressões festivas populares incomodavam as autoridades religiosas, posto que mais propensas a excessos, em desacordo com o considerado “ideal e sagrado”, segundo as regras ortodoxas difundidas após o famoso Concílio de Trento. Mais especificamente, serão analisadas as interdições manifestadas pelo jornal Santuario da Trindade, em circulação de 1922 a 1931 em Goiás e sua relação com a Romaria de Trindade.

## A FESTA DE TRINDADE: UMA HISTÓRIA DE FÉ E CONTENDAS

Em Goiás, exemplos como a Festa de Nossa Senhora do Rosário em Catalão, a do Divino Espírito Santo em Pirenópolis, a Romaria de Nossa Senhora do Muquém (no distrito de Niquelândia), do Divino Pai Eterno em Trindade, a Procissão do Fogaréu na cidade de Goiás, dentre tantos outros, chamam a atenção pelas raízes antigas e pela grande afluência de pessoas.

Chaveiro (2008), em trabalho de campo realizado em romaria pela GO 60, de Goiânia à cidade de Trindade, durante o período que antecede o ápice da festa do Divino Pai Eterno, narra que esta experiência permitiu-lhe perceber que a “caminhada” se compõe de ritual híbrido, no qual a multidão possui uma diversidade etária, social, econômica e cultural impressionante. Durante o trabalho, o autor colheu entrevistas informativas sobre os costumes e tradições das romarias passadas, mas também de crianças que acompanham familiares pela primeira vez e jovens que andam em bandos, rezando e divertindo-se. Na cidade, chamou-lhe a atenção a diversidade de

bandas de incluídos, folias de reis de vários lugares, grupos de congos, instalações artísticas, teatro de rua, estátuas, malabares, grupos indígenas, violeiros, desfile de carroças, rádios, Tvs, expositores de Cds, grupos evangélicos, espíritas, assim como pedintes com feridas expostas, prostitutas, santeiros, charlatões, grupo hip-hop, capoeiristas, vendedores de Cds com músicas religiosas, escultores de santos, famílias de gente simples, de camponeses, e também de urbanóides expressam a multiplicidade de faces, conteúdos e símbolos que são agenciados na festa/romaria (CHAVEIRO, 2008, p. 79-80).

A citação acima informa sobre a complexidade das apropriações da festa, de seus espaços e conteúdos. E é esse aspecto que se interessa observar. Neste artigo, é justamente sobre a Romaria de Trindade que se pretende tecer maiores considerações, posto que esta possui uma história bastante curiosa, a começar pela especificidade de ser o único santuário que cultua especificamente o próprio Deus. Esta romaria teve início quando Trindade, à época arraial Barro Preto, era ainda ligada à Campinas ou Campininha das flores – hoje, bairro de Goiânia –, como era também conhecida. Trindade fora emancipada em 1920 e elevada à categoria de cidade pela Lei nº 825, em junho de 1927 (SANTOS, 1976, p. 58).

Uma das tantas histórias que se conta sobre esse arraial é que teria se originado no local onde foi encontrada uma medalha de barro com a figura da Santíssima Trindade coroando a Virgem Maria. Como em vários outros casos, a notícia se espalhou e, com o tempo, um sempre crescente afluxo de pessoas passou a se dirigir ao local, inicialmente para rezar o terço junto à medalha, e depois para a devoção na capela erguida em louvor ao Divino Padre Eterno. O ano da construção da primeira capela como também o início das romarias à Barro Preto, resultam em datas incertas segundo os diversos documentos analisados por Santos (1976), mas ocorreu, muito possivelmente, entre 1840 e 1850. A partir daí, a romaria de Barro Preto – povoado que contava à época apenas com uma dezena de casas – passou a movimentar as estradas esburacadas de Goiás, recebendo um sempre maior número de fiéis em peregrinação.

O controle desta romaria foi objeto de disputas acirradas no final do século XIX e início do XX. A festa, cujo ápice ocorria – e ocorre – no primeiro domingo de julho, fora até 1894, administrada por leigos em irmandades, os padres, em número escasso no período<sup>2</sup>, eram apenas convidados para as celebrações, geralmente organizadas por um festeiro.

Vale lembrar que, com o fim do regime de padroado<sup>3</sup> e a proclamação da República, a Igreja Católica passa a viver um período bastante delicado, tanto no que diz respeito à “invasão” de outras manifestações religiosas, possível graças ao princípio de laicidade garantido pela Constituição Federal de 1891, quanto pela necessidade de gerar sua própria receita. A sempre crescente concorrência religiosa levava a Igreja a pisar em campo minado, pois, tanto era necessário incentivar as manifestações de religiosidade católica, mesmo aquelas populares e espontâneas, quanto conter seus excessos de espontaneidade. Em suma, o controle de uma festa tão concorrida como aquela de Barro Preto, dentre outras, era de grande importância para a administração da diocese.

A preocupação com as romarias que continuavam sendo administradas por pessoas leigas levou Dom Eduardo Duarte Silva – bispo que esteve no comando da diocese de Goiás de 1891 a 1907 – à Europa, a fim de angariar padres para a diocese. O propósito explícito fora, como anuncia o próprio bispo: “entregar os santuários da diocese a ordens religiosas, a fim de se cristianizarem as romarias” (SILVA, 2007, p. 125). Após muitos insucessos, o bispo conseguiu junto à Congregação do Santíssimo Senhor Redentor, em Roma, alguns sacerdotes da Alemanha. Os primeiros padres redentoristas chegaram em 1894 e fixaram-se em Campininhas, por ser um local de clima mais ameno que o de Barro Preto ou talvez, também, para evitar atritos com esta comunidade.

Alguns aspectos dessa romaria são encontrados na autobiografia de D. Eduardo, o qual atribuía aos padres redentoristas as grandes mudanças benéficas ocorridas nas celebrações, uma vez que eles haviam conseguido cristianizar as festas por meio de prédicas, abnegações e um estilo de vida irrepreensível. As práticas e demonstrações populares de fé e devoção, antes carregadas de superstições, vícios e estranhos costumes, contrariando a fé e a

moral cristã, haviam se transformado, segundo o bispo, em manifestações de piedade, louvor e adoração a Deus, com grande participação popular nas confissões e comunhões. Algumas práticas criticadas por D. Eduardo diziam respeito ao pagamento de promessas na forma de ex-votos ou, ainda, pedidos das/os fiéis em desacordo com a moral da Igreja, como a separações de casais, adultérios ou vinganças.

Dom Eduardo, reformador e ultramontano<sup>4</sup>, pretendia colocar em ato o que ficou conhecido como “romanização”. Sobre esse assunto, Silva (2000) anuncia que tanto as festas quanto seus participantes sentiriam seus efeitos, pois vários regulamentos e normas tentariam controlar estas celebrações. Entre outras questões o processo de romanização

buscava retomar as determinações tridentinas, sacralizar os locais de culto, moralizar o clero, reforçar a estrutura hierárquica da Igreja e diminuir o poder dos leigos organizados. As principais ações foram junto aos seminários [...] a partir da melhora e ampliação da formação do clero brasileiro, do incentivo à vinda de ordens estrangeiras para suprir as carências nacionais bem como de iniciativas para conseguir mais fundos, uma vez que, com a separação do Estado, muitas doações públicas deixaram de ser feitas (SILVA, 2000, p. 72).

Uma vez anunciados, mesmo que brevemente, alguns pontos importantes do contexto religioso de Goiás no final do século XIX e início do XX e a importância de se moralizar as festas tomando as rédeas sobre as romarias da diocese, dentre elas a de Barro Preto, pretende-se refletir sobre as tentativas de cristianização dessas celebrações. Entretanto, vale ressaltar que, não somente as romarias sofreram a tentativa de controle pelas autoridades eclesásticas, as folias também foram alvo de normatização. Deus & Silva (2002, p. 60) anunciam que “muitos padres e até mesmo autoridades policiais chegaram a proibir folias em diversos lugares. O que eles alegavam era o grande consumo de bebidas, danças e diversos crimes que aconteciam por causa de tantos excessos”.

Gerou polêmica também o fato ocorrido em Barro Preto, cujo santuário ficou interdito durante três anos – 1901 a 1903 – por autorização do bispo D. Eduardo. Neste período aconteceram duas festas, uma em louvor ao Divino Padre Eterno em Barro Preto, levada adiante pela irmandade local, e outra à Santíssima Trindade em Campinas, coordenada pelos religiosos redentoristas<sup>5</sup>. Os motivos da contenda foram diversos, dentre eles, a briga pelos patrimônios religiosos, as mudanças moralizadoras pretendidas pelo bispo e a disputa pelo controle da romaria, na qual religiosos e leigos não se entendiam sobre a administração do cofre. Os desentendimentos foram de tal monta que, como assinala D. Eduardo em sua autobiografia, o mesmo e seus companheiros religiosos temeram ser mortos nos conflitos. Com o tempo os ânimos foram se acalmando e em 1903 os “revoltosos”, pediram perdão ao bispo, lamentando-se da ausência de padre no povoado, gerando uma demanda pelos sacramentos, missas e pela palavra de Deus. Esse pedido de perdão foi intermediado pelos padres redentoristas que, por meio de um abaixo assinado, garantiram a sinceridade do pedido.

Como é possível notar, os interesses e as contendas em torno da romaria de Barro Preto, aqui tomadas como argumento do artigo, deram “pano pra manga” às autoridades eclesásticas do passado, no estado de Goiás. Por fim, como anuncia Deus (2001, p. 172), a problemática central da romaria era o confronto entre o catolicismo ultramontano – tridentino, clerical e moralizante – dentro da proposta romanizadora e o catolicismo popular – lusitano, leigo, medieval e familiar. Vejamos, finalmente, algumas estratégias utilizadas pelos religiosos na tentativa de moralização dessas práticas do catolicismo popular.

## A IMPRENSA COMO FERRAMENTA DE NORMATIZAÇÃO DAS FESTAS POPULARES

A dissertação de Mônica Martins da Silva, intitulada *A Festa do Divino. Romanição, Patrimônio & Tradição em Pirenópolis (1890-1988)* contribui também para se pensar nos recursos e estratégias utilizados pela Igreja Católica na intenção de normatizar e cristianizar os aspectos do catolicismo e das manifestações populares e festivas em Goiás. Além das festas de Pirenópolis, a autora trata de outros festejos pelo estado, para tanto, faz uso de diversas fontes, dentre as quais livros de tomo, cartas pastorais, revistas e jornais – leigos e eclesiais –, assinalando através desses documentos como eram feitas as tentativas de regulamentação das celebrações, pelas autoridades eclesiais.

Dom Prudêncio Gomes da Silva – sucessor de D. Eduardo – esteve à frente da diocese de 1907 a 1921 e, mantendo o espírito romanizante em voga, deixou aos padres, neste caso aos redentoristas, a responsabilidade do gerenciamento dos recursos e da organização das festas, cujas celebrações sofreram reformulações dentro do projeto de cristianização das romarias. Em Pirenópolis, Silva (2000 p. 137) analisa que a atuação da Igreja foi dificultada, sobretudo em relação à festa do Divino, posto que o cargo central desses festejos, vale dizer, o de Imperador do Divino, sempre fora ocupado por algum membro das famílias tradicionais da cidade, reforçando, por meio das festas, grande parte da identidade cultural, da influência e do poder dessas famílias.

Voltando às fontes utilizadas pela autora, dentre os jornais, alguns nos chamam particular atenção: *O Lidador*, que circulou no episcopado de Dom Prudêncio, primeiramente de 1909 a 1914 e depois de 1916 a 1917, *Brazil Central* em circulação de 1937 a 1964 no bispado de Dom Emanuel<sup>6</sup>, e, por último, o jornal *Santuário da Trindade*, este porém, pela sua ausência no trabalho. Curiosamente, a autora não faz nenhuma menção a este jornal, que esteve presente por quase 10 anos, de 1922 a 1931<sup>7</sup>, e fora também, como os outros dois, o único da diocese em seu período. Tanto *O Lidador* quanto o *Brazil Central* foram armas fortes na propaganda das festas e na luta contra seus “excessos” e, claramente, o *Santuário da Trindade* cumpriu também este papel. Segundo a análise de Silva (2000) estes dois jornais traziam, dentre os demais assuntos abordados, tanto os anúncios das celebrações, com o cronograma das atividades, quanto alguns conselhos e regras de comportamentos “ideais” para as/os participantes.

Como já mencionado, a imprensa da diocese goiana foi uma importante divulgadora dos ideais católicos e das festas religiosas. Não obstante, a autora chama atenção para o fato que as notícias reportadas sobre a festa em louvor ao Divino Espírito Santo em Pirenópolis são quase inexistentes, levando a supor que, dentre outros motivos<sup>8</sup>, talvez esta festa não tenha sido um bom modelo para as demais celebrações. Pelo que foi observado, numa análise não conclusiva, o *Santuário da Trindade* manteve também o costume de não reportar notícias referentes a esta festa, em suas páginas.

O jornal *Santuário da Trindade* entrou em circulação entre os bispados de D. Prudêncio e Dom Emanuel Gomes de Oliveira e seu lançamento deu-se em 1º de julho de 1922. O jornal – inteiramente a cargo dos redentoristas – teve como fundador o padre João Batista Kiermaier que, de 1904 a 1921, havia sido editor do *Santuário d’Aparecida* – na vila de Aparecida, São Paulo.

O jornal anunciava e comentava, de forma esparsa, inúmeras festas goianas, como aquelas em louvor ao Sagrado Coração de Jesus, em Trindade; de Nossa Senhora d’Abadia,

em Pires do Rio; ao Divino Espírito Santo, Nossa Senhora da Conceição e São Benedito, em Campinas, só para citar algumas. Porém, dedicava um maior espaço àquela em louvor ao Divino Padre Eterno, de Trindade.

Devido à proximidade desta festa, celebrada a cada primeiro domingo de julho, já em seu primeiro número de 1922, o jornal se dedica a anunciar o cronograma das celebrações litúrgicas com anúncio das missas, procissões e novenas, enfatizando a possibilidade de comunhão em todos os dias da festa. Em sua coluna “Reflexões”, composta por pequenos textos e assinada por certo Prado, encontra-se a declaração assinalando que, fazer pequenos negócios aproveitando-se do período da festa não se configura como pecado e também “não censuramos aqueles para quem a festa além de um acto de devoção é também uma agradável distração, talvez a única ocasião no correr do anno em que deixam sua lucta de todos os dias e levam sua família a cidade” (Santuário da Trindade. 1922, n. 1. p.1). Em contrapartida, estão também descritas tanto as motivações que deveriam dirigir as intenções e ações dos participantes das festividades quanto algumas recriminações de atos indesejados como a desordem, o consumo de bebidas alcoólicas, o jogo, escândalos e vulgaridades. Não por coincidência, o texto seguinte, na mesma coluna, traz um sermão sobre as pessoas que se entregavam ao vício do jogo, visto como a ruína do praticante e de sua família.

No número seguinte<sup>10</sup> davam-se notícias sobre a festa passada: tudo ocorrera sem nenhum acidente, devido também ao destacamento policial enviado para a ocasião, a concorrência superara as expectativas com mais de dez mil pessoas, das mais diferentes localidades e estados. Anunciam também que foram distribuídas, em todos os dias “mais de mil Comunhões”. Fazendo um calculo bastante simples, percebe-se que, ou o número de participantes foi superestimado pelo jornal ou apenas 10% destes receberam o sacramento da comunhão, o que se configuraria num índice muito baixo, consideradas as diversas missas anunciadas e os convites enfáticos à participação dos sacramentos durante as festividades.

São perceptíveis os embates entre os costumes tradicionais da população que se perpetuavam durante as festividades, materializados em danças, fogos, bebedeiras, jogos e alegria e, as ações “sugeridas” pela Igreja, baseadas na contrição, discrição e no recolhimento. Observam-se as contradições trazidas nos discursos dos redatores do jornal em questão: ora os elogios pelo desenrolar das celebrações, com participação exemplar da comunidade, sem nenhuma “ocorrência desagradável”; ora, ao contrário, a reafirmação das críticas aos velhos hábitos e costumes já mencionados. O povo interpretava a religião e a fé a seu modo.

Sendo assim, com a proximidade da festa ao Divino Padre Eterno, no ano seguinte, novos apelos começaram a aparecer no jornal. Em 2 de junho, dão-se início os preparativos psicológicos em forma de “matérias instrutivas” para os festejos: era recomendado enfaticamente participar das solenidades com fé e piedade, mas sobretudo, não se entregar aos prazeres e diversões pecaminosas. Aos que assim se comportassem, ao invés do proveito para a alma chamariam “sobre se os castigos de Deus porque em vez de honrar a Deus o offendem, em vez de louvar a Deus o insultam, em vez de reunir-se para adorar a Deus, reúnem-se para o desrespeitar e induzir a isto também os outros” (Santuário da Trindade. 1923, n. 25. p. 1) escrevia P. J. B<sup>11</sup>.

No entanto, vale ressaltar que as atenções do jornal não se voltavam somente às celebrações festivas propriamente ditas, mas também, ao traslado das romeiras e romeiros que a elas se dirigiam. O mesmo P. J. B. advertia que, brigas, embriaguez, conversas ou más ações deveriam ser evitadas durante essas viagens, a fim de não ofender a Deus, sob admoestação

de que, ameaçando mais uma vez em nome do próprio Deus: os castigos viriam a quem não se comportasse bem.

Em 30 de junho de 1923 aparece, em coluna intitulada “Festa do Divino Padre Eterno no Santuario da Trindade: aviso aos romeiros”, em meio à programação dos eventos, uma advertência interessante que pode indicar a ocorrência de comportamentos reprováveis dentro da igreja: “é melhor pôr o dinheiro das promessas e ofertas nos cofres ao lado dos altares do que deixá-lo encima do altar” (Santuario da Trindade. 1923, n. 27. p. 2). Pode-se pensar que esta advertência indique que possíveis roubos de dinheiro ocorreram no recinto da igreja? Ou seria, somente, por questão de praticidade ou, ainda, derivada da insuficiência de funcionários responsáveis em organizar e “cuidar” das manifestações? Não nos é possível responder. No entanto, sabe-se que o número de comunhões alcançara mil e duzentas, 20% a mais que no ano anterior!

No ano seguinte, em 1924, o jornal passa a circular semanalmente e começa a fazer propagandas da festa na edição de 03 de maio, isto é, dois meses antes das celebrações. O motivo de tamanha antecipação é que naquele ano aconteceria algo inédito: além da participação do bispo Dom Emanuel estaria também presente seu irmão, Dom Helvécio, arcebispo da província eclesiástica. As propagandas ou a presença de autoridades resultaram numa afluência enorme: compareceram em mais de vinte mil pessoas. Em meio a estatísticas e elogios à festa, o editor da coluna pede às autoridades competentes, medidas severas contra certas “pragas” quais jogos e prostituição, medidas que, em outros estados como no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, já teriam sido colocadas em prática.

As autoridades são chamadas a regulamentar a moralidade também em 1925, afinal “dar abrigo a jogadores e prostitutas ou exigir-lhes dinheiro para que possam exercer livremente seu vergonhoso officio é a infamia das infamias, a maior de todas as vergonhas, que não deve ser tolerada pelos mantenedores da ordem” (Santuario da Trindade. 1925, n. 113. p. 1-2). O jornal condena, acima de tudo, os “fiéis à metade”, ou seja, aqueles que assistem missa, mas ao mesmo tempo “segundo tradições antigas, hábitos de família” queimam fogos, bebem, dançam e se divertem “em honra” ao santo ou dão escândalo e jogam, ou ainda, riem de quem comunga ou canta em voz alta etc., nos dizeres do jornal, as boas intenções e ações cristãs se anulam diante dessas atividades “profanas”.

A partir de 1926, mas sobretudo após 1927, percebe-se, entretanto, que o espaço para os comentários sobre a festa em louvor ao Divino Padre Eterno começa a tornar-se exíguo no jornal Santuario da Trindade. Nos restantes anos de circulação do periódico, veem-se somente algumas pequenas notas dizendo da afluência, do número de confissões, crismas e comunhões distribuídas. Quanto à propaganda, o jornal se limita a anunciar “Com toda a pompa tradicional será celebrada também este anno a festa da SS. Trindade, em seu Santuario de Barro Preto em dia \_\_\_ de julho” e em letras menores “As novenas solemnes começarão no dia \_\_\_ de junho e o programma é o de todos os anos”.

Os motivos da repentina mudança em relação às notícias da festa não são claros. No entanto, é possível levantar uma hipótese: o grave desentendimento ocorrido entre o bispo Dom Emanuel e os redentoristas em relação ao controle da arrecadação do Santuário de Trindade teria causado o desinteresse em comentar sobre a festa.

Vamos aos fatos. Ao tomar posse, D. Emanuel vem a saber que seu antecessor, D. Prudêncio, havia deixado a diocese em dívida avultada, de cerca de 75:600\$000 (setenta e cinco contos e seiscentos mil réis). Vaz (1997, p. 203) anuncia que no período de 1909 a

1918 a contribuição do Santuário de Trindade à diocese fora de modestos 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil réis). Este valor havia sido fixado por contrato entre Dom Eduardo e o superior redentorista, em 1894, com a finalidade de manter dois seminaristas pobres.

O mesmo autor narra que as enormes dificuldades financeiras obrigou Dom Prudêncio a contrair diversos empréstimos em dinheiro de ordens religiosas e de particulares, pagando juros anuais que variavam de 3 a 6%. A fim de regular as contas e sair dessa situação de penúria, D. Prudêncio propôs, em 1919, um novo contrato aos redentoristas no qual estes se comprometiam a levar aos cofres da diocese a soma de 12 contos anuais (VAZ, 1997, p. 207). Mesmo com essas novas entradas de capital a situação continuou lastimável.

Por sua vez, Dom Emanuel, com o intuito de resolver, de uma vez por todas, a situação econômica da diocese, procurando-lhe uma renda capaz de suprir as necessidades, tanto de pagamento das dívidas deixadas pelo seu antecessor quanto de empreender seu plano de ação e desenvolvimento, propôs uma nova renovação do contrato com a ordem redentorista, fato que gerou um grave embate entre as partes, sendo necessária a intervenção do nuncio apostólico e do Cardeal Dom Sebastião Leme para que se chegasse a um acordo<sup>12</sup>.

Após mais de um ano de discussões, pressões, acordos e desacordos, finalmente chega-se a um consenso, para o qual foram necessárias concessões mútuas: “o bispo concedeu os vinte por cento brutos e os redentoristas aceitaram o prazo de vigência de dez anos [do contrato]” (VAZ, 1977, p. 221). Ao final, para que se chegasse a este acordo, muitas cartas foram escritas, várias ameaças foram feitas e diversos ressentimentos foram alimentados. A ordem redentorista, que antes administrava quase a totalidade dos recursos econômicos vindos do Santuário de Trindade, teve que accontentar-se com 20% das arrecadações, mais um salário, no valor de um conto de réis ao mês, para cada um dos seis membros da congregação.

Por fim, a assinatura definitiva do contrato deu-se em 5 de maio de 1925. Dom Emanuel, como anuncia Vaz (1997, p. 222), obteve a primeira vitória de seu bispado e a diocese passou a contar, então, com uma fonte permanente de rendimentos. A hipótese que se levanta, pois, é a de que esse tão conturbado episódio tenha gerado certo ressentimento nos membros da ordem redentorista, fazendo com que estes passassem a não mais dedicar grandes espaços às propagandas e matérias sobre a Festa de Trindade.

## CONCLUSÃO

As festas religiosas populares se apresentam como importantes espaços de sociabilidades e devoção. Ao longo do tempo, algumas delas acabaram por tomar grandes proporções, deslocando um sempre crescente contingente de fiéis. A Igreja Católica, na intenção de transformar essas festas populares em momentos mais formais e ritualizados, acabou por lançar mão de normas, sermões e regulamentos a fim de cristianizar as celebrações, exaltando os momentos sagrados e reprimindo aqueles considerado não-sagrados.

Em suma, conclui-se que as mesmas questões aqui expostas foram alvo de preocupações recorrentes. Percebeu-se, tanto por meio das análises feitas por Silva (2000) no Regulamento para as Festividades e Funções Religiosas – escrito por Dom Eduardo em 1899 – e em livros do tomo, quanto no Regulamento para funções religiosas em todas as Igrejas matrizes e respectivas capellas filiaes de 1909 e na carta pastoral de 1917, confeccionados por Dom Prudêncio e analisados por Santos (1976), como também pelos artigos do jornal Santuario da Trindade, aqui mencionados, que nos três bispados – de Dom Emanuel, Dom Prudêncio

e Dom Eduardo – a Igreja procurou normatizar as ações e intenções das/os fiéis, combatendo as práticas consideradas “profanas” e a permanência dos hábitos vistos como “normais” pela religiosidade popular.

Embora, na contemporaneidade, muitas mudanças tenham ocorrido no sentido de uma maior observância às formalidades ou às convenções sociais e religiosas, percebem-se ainda muito imbricadas as noções entre sacra et profanum. Como diria D. Eduardo: “Quanta sandice!”

## THE SANTUÁRIO DE TRINDADE’S NEWSPAPER AND THE NORMALIZATION OF THE RELIGIOUS FESTIVALS SPEECHES

*Abstract: the objective of this work is the analysis of standard-setting discourses present in the Catholic Church in the Santuario da Trindade newspaper (1922-1931) relative to the fight about those which was considered unsacred, so unwanted, religious festivals of Goiás, in particular in Festa do Divino Padre Eterno in Trindade.*

*Keywords: Religious Festivals. Church. Santuario da Trindade Newspaper.*

### Notas

- 1 Pinheiro (2003) citando Palacín (1994) narra que houve, no século XIX, o que ele chama de segundo instante de povoamento em Goiás. Findado o primeiro momento, aquele constituído no auge da mineração aurífera no século XVIII, vê-se brotar um povoamento com fins na agropecuária por meio de fazendas. Nesse caso, os povoados nasceram a partir dos patrimônios, vale dizer, de doação de terras para construção de uma capela a um santo de devoção, a exemplo de Catalão, Alemão (hoje Palmeiras de Goiás), Anápolis, Itaguari etc.
- 2 Em Barro Preto, no período que vai de 1878 a 1890 – longos 13 anos – não há registros de atuação de sacerdotes. Possivelmente, isso ocorreu devido a vacância de vigários na Paróquia de Campinas, mesmo ali não há registros nos livros paroquiais (SANTOS, 1976, p. 88)
- 3 Esse sistema “garantiu à Igreja uma significativa parcela de poder, ainda que estivesse numa posição submissa. Em troca de manter a unidade e coesão social do Império luso, a Igreja recebia do Estado português não só o direito de monopolizar a prática religiosa, como também o suporte material e financeiro para sua sustentação e propagação no Brasil” (SILVA, 2000, p. 69). Seu fim levou a administração dos santuários à Igreja; esta, então, passou a ser responsável pela administração de seus bens e ao provimento de seus recursos financeiros.
- 4 O ultramontanismo possuía princípios como os anunciados por Silva (2009, p. 16) citando Wernet (1987): a reivindicação da independência da Igreja em relação ao poder civil e o reconhecimento da infalibilidade e autoridade – espiritual e temporal – do papa. A autora enfatiza o combate a todo um conjunto de ações político-liberais, tidos como modernizadoras.
- 5 Santos (1976, p. 158, nota 41), valendo-se de texto inédito do padre redentorista Nestor Souza, eferece informações sobre a afluência nas festas de Trindade e Campinas no período do interdito: Campinas em 1901 contou com a presença de muitos forasteiros, porém com somente 400 confissões e 100 crismas e em 1902 com somente cerca de duzentas pessoas e não houve concorrência de forasteiros, já em Trindade, no mesmo ano, compareceram mais de 2000 pessoas.
- 6 Toda a bibliografia consultada para este artigo como também o site da Arquidiocese de Goiânia e naquele da ordem salesiana (a qual pertencia) e, mesmo nas ruas e praças que levam seu nome, o bispo é citado como “Dom Emanuel”, porém, curiosamente, o jornal Santuario da trindade refere-se ao bispo como “Dom Manoel” ou “Dom Emmanuel”, restando a dúvida do porque dessa discrepância na grafia.
- 7 Santos (1976, p. 118) divulga que este jornal teve uma segunda fase, iniciada em 1956 e com vigência de cerca de apenas dois anos. Anuncia também, dessa vez erroneamente, que o Santuario da Trindade “desapareceu em 1928”.

- 8 Silva (2000, p. 103) observa que quase todos os jornais analisados, a exemplo do Estado de Goyaz e A tribuna Livre, foram impressos na capital goiana, à época Vila Boa, levando a algumas possíveis explicações sobre a quase total ausência de matérias sobre as festas de Pirenópolis: a histórica rivalidade entre as duas cidades e divergências sobre questões políticas entre as suas elites, sobretudo em relação ao movimento republicano e ao partido liberal.
- 9 A linguagem utilizada nas citações corresponde ao original da época.
- 10 O jornal Santuario da Trindade possuiu edições quinzenais, de seu lançamento até dezembro de 1923 e, semanais, nos demais anos até 1931, quando cessou suas atividades.
- 11 Essas iniciais são do padre João Batista Kiermaier, fundador do jornal e vigário de Campinas-Trindade de 1922 a junho de 1924. Padre João Batista fora o autor da primeira coluna de todas as edições, enquanto esteve à sua frente. Em nota no Santuario da trindade se despede e anuncia seu retorno a São Paulo. (Santuario da Trindade, 1924, n. 64, p. 2).
- 12 As discussões foram tão graves que, a certo ponto, a ordem redentorista ameaçou abandonar o estado caso não viessem acatadas algumas reivindicações no novo contrato pretendido por Dom Emanuel. Este, por sua vez, escreveu diretamente ao Papa Pio XI solicitando que os lucros da romaria “fossem utilizados exclusivamente na manutenção do Seminário [Santa Cruz], das igrejas e na formação de um patrimônio” (VAZ, 1997, p. 214).

## Referências

- A FESTA DO DIVINO PADRE ETERNO: A CONCURRENCIA. Santuario da Trindade, Campinas (GO), n. 2, p. 2, 15 jul. 1922.
- A FESTA DO DIVINO PADRE ETERNO: NOTAS DIVERSAS. Santuario da Trindade, Campinas (GO), n. 2, p. 2, 15 jul. 1922.
- A FESTA DO DIVINO PADRE ETERNO: OS ACTOS RELIGIOSOS. Santuario da Trindade, Campinas (GO), n. 28, p. 3, 12 jul. 1923.
- A FESTA. Santuario da Trindade, Campinas (GO), n. 26, p. 1, 16 jun. 1923.
- AS FESTAS RELIGIOSAS. Santuario da Trindade, Campinas (GO), n. 25, p. 1, 2 jun. 1923.
- CHAVEIRO, E. F. O cerrado em disputa: sentidos culturais e práticas sociais contemporâneas. In: ALMEIDA, M. G. de (Org.). Geografia e cultura – os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Vieira, 2008. p. 75 – 97.
- DEPOIS DA FESTA DE TRINDADE. Santuario da Trindade, Campinas (GO), n. 261, p. 2, 7 jul. 1928.
- DESPEDIDA. Santuario da Trindade, Campinas (GO), n. 64, p. 2, 21 jun. 1924.
- DEUS, M. S.; SILVA, M. M. História das festas e religiosidades em Goiás. Goiânia: AGEPEL;UEG, 2002. (Histórias de Goiás, 4).
- DEUS, M. S. de. Normatização do Santuário do Divino Pai Eterno. História Revista: Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História. UFG. v. 6, n. 2, p. 161-178, 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/10537/7007>> Acesso em: 10 dez. 2013.
- FESTA DE TRINDADE. Santuario da Trindade, Campinas (GO), n. 312, p. 1, 13 jul. 1929.
- FESTA DO DIVINO PADRE ETERNO NO SANTUARIO DA TRINDADE: AVISO AOS ROMEIROS. Santuario da Trindade, Campinas (GO), n. 27, p. 2, 30 jun. 1923.

- MÁ COMPREHENSÃO. Santuario da Trindade, Campinas (GO), n. 113, p. 1, 13 jun. 1925.
- NA BRÉCHA. Santuario da Trindade, Campinas (GO), n. 113, p. 1-2, 13 jun. 1925.
- NOTICIÁRIO: TRINDADE. Santuario da Trindade, Campinas (GO), n. 362, p. 2, 12 jul 1930.
- NOTÍCIAS LOCAES: FESTA DO DIVINO PADRE ETERNO. Santuario da Trindade, Campinas (GO), n. 66, p. 2, 12 jul. 1924.
- NOTÍCIAS RELIGIOSAS: O JOGO POR OCASIÃO DAS FESTAS RELIGIOSAS. Santuario da Trindade, Campinas (GO), n. 55, p. 2, 12 abr. 1924.
- PINHEIRO, A. C. C. Os tempos míticos das cidades goianas: mitos de origem e invenção de tradições. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.
- REFLEXÕES. Santuario da Trindade, Campinas (GO), n. 1, p. 1, 01 jul. 1922.
- SANTOS, M. A. N. Trindade de Goiás – uma cidade santuário: conjunturas de um fenômeno religioso no centro-oeste brasileiro. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1976.
- SILVA, E. D. Passagens: autobiografia de Dom Eduardo Silva, bispo de Goiás. Goiânia: Ed. da UCG, 2007.
- SILVA, M. C. Catolicismo e casamento civil em Goiás, 1860-1920. Goiânia: Ed. da UCG, 2009.
- SILVA, M. M. da. A Festa do Divino. Romanização, Patrimônio & Tradição em Pirenópolis (1890-1988). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000. (CAP. II, pp. 68-139).
- VAZ, R. Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade (1891-1955). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.